



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



## **A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL**

**CARINE MASSIERER; DÉCIO SOUZA COTRIM;**

**UFRGS**

**PORTO ALEGRE - RS - BRASIL**

**deciocotrim@yahoo.com.br**

**PÔSTER**

**AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**A contribuição da comunicação para o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

### **RESUMO**

Este artigo constitui-se em uma forma de relatar e analisar como a comunicação, tanto teoricamente como enquanto ferramenta de trabalho da extensão rural no Rio Grande do Sul, tem contribuído para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras no Litoral Norte. Trata-se de uma sistematização da passagem dos processos comunicacionais voltados para a difusão de conhecimentos técnicos, para a construção conjunta de metodologias de trabalho que passam pela valorização da participação das comunidades e uma nova visão da comunicação e da extensão rural.

**Palavras-chave:** Comunicação e desenvolvimento sustentável, comunicação e extensão pesqueira e sustentabilidade e extensão pesqueira.

### **1 Introdução**

Em toda a costa oceânica do Brasil, bem como em suas águas interiores (lagoas, estuários e rios), encontram-se pessoas que fazem da pesca sua fonte de subsistência familiar e atividade econômica. Estima-se que no território nacional dois milhões de pessoas sejam pescadores (SEAP, 2004).

A pesca no Brasil apresentou no ano de 2003 um desembarque de 712.143 toneladas, sendo 68% de responsabilidade da pesca extrativa marinha; e 32% da pesca extrativa

continental (IBGE, 2003). Deste total 60% foi capturada por “pescadores artesanais familiares”<sup>1</sup> (SEAP, 2004).

No Rio Grande do Sul existe uma grande variedade de ambientes ecológicos o que propiciou a formação e diferenciação de diversos tipos de pescadores e de pescarias que possuem lógicas e problemáticas distintas. Atualmente existem em todo o estado 12.201 famílias de pescadores artesanais (GARCEZ, 2001) espalhadas em 51 municípios, porém a concentração ocorre entre as regiões de Pelotas e Porto Alegre abrangendo mais de 80% dos pescadores.

Na região do Litoral Norte do estado existem grupos de “pescadores artesanais familiares” vivendo em ecossistemas bastante diversos e com vários conflitos destacando-se o avanço da exploração imobiliária sobre o espaço do pescador, a pesca amadora e a poluição ambiental. Nesta região são contabilizadas 5550 famílias de pescadores divididas em duas grandes áreas: O lago Guaíba e seus afluentes com 1436 famílias; e o Litoral Norte com 4114 famílias perfazendo 74,8% do total da região. (EMATER/RS, 2005). Na região de Porto Alegre 27 escritórios da Emater/RS-Ascar trabalham diretamente com “pescadores artesanais familiares”.

O trabalho de extensão pesqueira foi iniciado pela Emater/RS-Ascar em 1999 a partir da construção conjunta, com as famílias pescadoras, de 24 Diagnósticos Participativos (DRP) nas comunidades pesqueiras, com o objetivo de ampliar o conhecimento da realidade local.

As ferramentas participativas utilizadas dentro da metodologia de DRP para pescadores foram: o mapa comunitário, o itinerário de desenvolvimento comunitário (a história da comunidade), a rotina diária das famílias, o ciclo do peixe/ artes de pesca, o fluxo anual de receitas e a cadeia produtiva local (COTRIM, 2003). Em todas estas etapas a comunicação constitui-se como uma ferramenta essencial para a efetivação do processo.

É importante destacar que, assim como os pescadores, a partir de 2000 também indígenas e quilombolas (descendentes de escravos reconhecidos antropológicamente pelo Movimento Negro) somam-se aos agricultores, ampliando-se o público a ser atendido pelos serviços de extensão rural no Rio Grande do Sul.

A comunicação, desde a institucionalização nos serviços de extensão rural nos anos 50, no Brasil, tornou-se ferramenta essencial enquanto metodologia de trabalho junto aos agricultores. Durante mais de três décadas, centrada na difusão de tecnologias para modernização da agricultura como forma de superação do subdesenvolvimento, a extensão rural utilizou, como um de seus referenciais maiores, a abordagem teórica de Regers em seus estudos sobre difusionismo:

---

<sup>1</sup> Entende-se o grupo dos “pescadores artesanais familiares” como sendo uma forma social familiar de trabalho, onde “pescador” é definido por exercer como atividade econômica o extrativismo nos diversos corpos de água (mar, estuário, doce), tendo na pesca a forma de acesso à produção de mercadorias ; e, “artesanal familiar” como sendo realizado por um grupo social com relações de parentesco, onde o grupo é de trabalho e de consumo e onde se busca a reprodução social. Deve-se diferenciar dois tipos de pesca que ocorrem na área de estudo: a pesca industrial realizada por frotas pesqueiras de grande porte, com pescadores embarcados no sistema de empregados, resultando na divisão social do trabalho e com a produção destinada a indústrias de beneficiamento de pescado, caracterizando o como modo capitalista de exploração; e a “pesca artesanal familiar” realizada sobre o sistema familiar de exploração, em pequenas embarcações e voltada para o mercado local, caracterizando o modo pré-capitalista de exploração .

O desenvolvimento é um tipo de mudança social, no qual novas idéias são introduzidas em um sistema social como objetivo de produzir o aumento das remunerações per-capita e a elevação dos níveis de vida através de métodos mais modernos de produção e de uma organização social aperfeiçoada. (REGERS apud MATTELART, 1994, p. 185)

A partir dos anos 70 e mais precisamente na década de 80, com o início da redemocratização do país, as avaliações críticas, internas e externas, dos resultados da extensão rural, demonstram que sua ação foi contributiva para as conseqüências socialmente excludentes e economicamente concentradoras da Revolução Verde.

Freire (1977, p.53) ao assinalar que “o papel do educador não é o de ‘encher’ o educando de ‘conhecimento’, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar através da relação dialógica educador – educando, educando –educador, a organização de um pensamento correto em ambos”, representa um marco histórico para as reflexões da extensão rural. Inúmeros outros trabalhos, teóricos ou empíricos, seguem-se a este autor e apresentam análises críticas sob os mais deferentes ângulos interpretativos.

É no movimento extensionista instituído, conhecido como “repensar” que, em paralelo a inúmeros trabalhos científicos desenvolvidos, há o reconhecimento de que o difusionismo, calcado numa relação comunicacional verticalizada, ao não valorizar o conhecimento popular, ignora o agricultor como sujeito capaz de construir a sua própria história.

É indiscutível que o meio rural necessite de um trabalho de **comunicação**, no sentido de **comunhão de idéias** dado por FREIRE, no qual extensionistas , respeitando (e valorizando) a cultura do trabalhador rural, junto **com** ele (no seu grupo) problematizam a situação (com suas injustiças e contradições), buscando (sempre juntos e **comprometidos integralmente**) soluções alternativas aos problemas evidenciados (soluções que podem ser técnicas, políticas, econômicas, sociais ou culturais) (MUSSOI, 1985, p. 18).

Diversos outros autores constataam a necessidade do estabelecimento de processos de natureza dialógico-participativa, como condição *sine qua non* para qualquer relação do extensionismo com o seu público compromisso.

[...] o que a rigor se postula é que a comunicação rural deva transformar-se num verdadeiro processo de interação social ou diálogo tanto a nível individual e de grande público. Um processo pelo qual produtores e técnicos desenvolvam suas características e suas vocações criadoras e transformadoras da natureza, e do mundo físico e social no qual se encontram. (Friederich, 1988 p. 46)

Assim, a comunicação oral, essencial para o estabelecimento de uma relação de troca entre extensionistas e assistidos<sup>2</sup>, passa de um processo onde ela é utilizada para atingir o seu público visando mudar suas atitudes e ações por intermédio da divulgação, informação, motivação e ensino, para a constituição de uma estratégia conjunta de trabalho com as comunidades pesqueiras estruturada por meio do DRP.

## **2 Os diagnósticos participativos e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal**

Os Diagnósticos Participativos (DRPs) são realizados por um grupo de técnicos formado por aproximadamente oito pessoas que permanecem, por um período médio de uma semana, junto as comunidades pesqueiras. Nesta fase do processo são aplicadas ferramentas participativas na realização de reuniões comunitárias e entrevistas, e, juntamente com as famílias de pescadores são analisados os problemas e é elaborado um planejamento participativo de ações prioritárias.

Além de possibilitarem a construção de projetos qualificados nas comunidades pesqueiras, os DRPs são fundamentais para o entendimento mútuo entre extensionista e pescadores, gerando uma relação de confiança que acabam desencadeando facilidades nos processos organizativos locais e nas atividades atuais da extensão pesqueira junto ao público. Destacam-se entre essas atividades as: A ‘Pesca do Bote’; as “Unidades de Comercialização de Pescado” (COTRIM,2005) , o “Artesanato em escama de peixe”, e, o “Ordenamento Pesqueiro:Construção de Portarias de Pesca” (COTRIM,2004).

A “Pesca do Bote” é uma modalidade de pesca que possibilitou a migração do sistema tradicional de pesca de cabo na beira da praia, que enfrentava dificuldades crescentes com a diminuição da captura, para o sistema de pesca usando bote inflável na qual desloca-se o ponto de pesca para o mar adentro, entre uma a três milhas náuticas, gerando maior e melhor captura de peixe. Este sistema de pesca é realizado de forma coletiva pelos pescadores que já adquiriram 40 embarcações em todo Litoral Norte. Os avanços na organização das famílias pescadoras, a redução do conflito dos pescadores com os surfistas (estes sofriam acidentes quando as redes estavam na beira da praia), o aumento de postos de trabalhos principalmente para os mais jovens da comunidade e, o aumento da renda foram efeitos diretos desta prática que se efetivaram após o processo participativo de discussão comunitário onde elencou-se a pesca do bote como prioridade de uma região.

As “Unidades de comercialização de pescado” in natura “são uma alternativa para as famílias pescadoras qualificarem o peixe ofertado diretamente ao consumidor buscando ampliar uma relação de confiança entre produtores e consumidores. Através da metodologia do DRP aplicada nas comunidades pesqueiras descobriu-se que a lógica das famílias pescadoras é do processamento mínimo do pescado de forma individualizada, sendo este principalmente realizado pela mulher pescadora ; que os volumes de peixe processados são baixos e escalonados durante vários dias; que os peixes são de espécies variadas com tamanhos diferentes, além de se também processar no mesmo local camarão e siri; a venda acontece sempre no mercado local, diretamente ao consumidor com boa remuneração. Deste modo, a reunião do pescado de várias famílias pescadoras em uma agroindústria (modelo vigente) é uma idéia que não é aplicável a realidade local forçando a busca de novas alternativas.

A unidade de comercialização de pescado “in natura” é uma tentativa de buscar formas de qualificar o peixe oferecido ao consumidor á partir de um controle dos pontos

<sup>2</sup> Entende-se por assistidos o público priorizado no trabalho de extensão rural no Rio Grande do Sul, que são os indígenas, agricultores familiares, quilombolas e pescadores artesanais.

críticos de contaminação. A idéia geral é a qualificação do entendimento do pescador dos pontos críticos de contaminação do pescado e a sua capacitação para um manejo correto do produto. A construção civil deixa de ser o ponto de referencia e a capacitação passa a ser a ação central. Na capacitação são abordados temas como microbiologia dos alimentos, deterioração dos peixes, higienização de utensílios, contaminação cruzada e conservação de pescado. Foram construídas, até 2005, 25 unidades no Litoral Norte do RS.

O “Artesanato em Escama de Peixe” foi um resgate da cultura da mulher pescadora onde através do uso de um subproduto da pesca possibilitou-se agregação de renda alternativa na família e a ampliação da cidadania da mulher pescadora. Inúmeros espaços de comercialização foram ocupados pelas pescadoras em um processo crescente em toda região de Porto Alegre.

O “Ordenamento Pesqueiro: Construção de portarias de pesca” a partir do pescador, de baixo para cima, utilizando metodologias participativas, foi uma atividade de ordenamento pesqueiro desenvolvido pela parceria Emater/RS-Ascar e Ibama, que possibilitou o debate entre os profissionais da área biológica e o saber popular dos pescadores resultando na construção de uma Portaria (IN 17/04-Ibama), que ordena a pesca em toda Bacia do Rio Tramandaí entre os municípios de Balneário Pinhal e Torres. O papel da extensão pesqueira foi de articulação e condução metodológica do processo que durou quatro anos envolvendo 10 municípios.

Todas essas iniciativas instauradas por meio de métodos participativos, além de promoverem a inclusão social e a preservação ambiental, tem contribuído para o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras.

Leff (2001, p.246-247) relembra que, para que o desenvolvimento realmente sustentável, é preciso que ele seja fundado em bases ecológicas e que tenha equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Isto estabelece o direito à educação, a capacitação e a formação ambiental como fundamentos da sustentabilidade, que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir a sua qualidade de vida.

Isto é o que tem acontecido com as comunidades pesqueiras já que elas passam a ter mais qualidade de vida, outras opções de sustentabilidade mantendo as raízes culturais de sua tradicional atividade profissional e ainda estão mais qualificadas para oferecer ao mercado consumidor produtos de qualidade sanitária e excelente apresentação. Sem contar o ganho social já que as comunidades são motivadas a exercer a sua cidadania e participar ativamente das decisões do grupo tendo em vista que elas vão interferir diretamente no seu modo de vida.

### **3 A comunicação e o desenvolvimento sustentável**

A comunicação assumiu, quando foi adotada esta nova metodologia de trabalho junto às comunidades pesqueiras, uma nova postura. Em vez de se condicionar como uma estratégia planejada e estruturada para que informações da extensão rural fossem levadas ao público, a comunicação passou a ser vista como estruturante do processo de interação entre extensionistas e famílias pescadoras. Este novo posicionamento da comunicação feita pela extensão rural já era requerido por vários pesquisadores da área de comunicação, como Cimadevilla (1988, p.144) ao afirmar que a comunicação rural precisava ser vista

não como resultado exclusivo de interesses econômico e políticos hegemônicos, mas como resultado do amadurecimento do diálogo entre o extensionista consciente de seu papel social e do produtor/trabalhador rural como sujeito histórico da relação.

No entanto, o marco referencial destes questionamentos a respeito do papel da comunicação na extensão rural são as idéias de Paulo Freire, sobretudo na sua obra *Extensão ou Comunicação?*, onde ele demonstra a sua preocupação com o caráter autoritário e invasor das mensagens levadas para o homem do campo pelos serviços de extensão rural. Através do questionamento do próprio termo extensão, ele propõe que, ao invés de estender conhecimentos de uma realidade exógena aos agricultores, se estabeleça um processo interativo, permitindo dessa maneira a geração do conhecimento pelo próprio homem rural no contexto da sua realidade concreta.

É partindo da realidade concreta dos pescadores do Litoral Norte que a metodologia do DRP é colocada em prática e a comunicação passa a ser o instrumento de ação social para a aproximação entre extensionistas e famílias de pescadores. A ação de comunicação adotada pela extensão pesqueira passa a seguir um modelo de concepção humanista como afirma Friedrich (1988, p.55), onde ela não “pretende ser um instrumento único, por excelência, para transformar o subdesenvolvimento do meio rural em desenvolvimento” é preciso também a participação efetiva dos atores sociais para que isso aconteça.

Aqui não está se falando na comunicação utilizada através dos meios de comunicação para repassar informações ao público, mas sim do processo de troca de informações entre técnicos e extensionistas e as modificações que vem ocorrendo ao longo da história da extensão rural no Rio Grande do Sul.

Com a modificação na metodologia de trabalho da extensão rural a comunicação rural (ou a utilizada pelos serviços de extensão rural) se transformou em uma ferramenta para o conhecimento da realidade local, o estabelecimento de uma relação de troca e a efetivação de ações estabelecidas como fruto de uma parceria de troca de extensionistas e famílias pescadoras voltada para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Um dos conceitos mais pertinentes para pensar como a comunicação tem contribuído para o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras é o adotado por Barbero, já que ele acredita que a comunicação vai muito além da simples mediação das informações. Barbero contribui muito para que os estudos relacionados ao campo da comunicação na América Latina assumam um novo sentido. Sentido este que passa por assumir um novo olhar sobre a comunicação que valoriza o comunicacionismo e o midiacentrismo como integrantes dos processos de transformação das sociedades modernas e que passa também pela valorização da inserção da comunicação nas práticas sociais cotidianas.

Passa-se a pensar a comunicação cada vez mais, como afirma Barbero (2002, p.209), como “uma tarefa de envergadura antropológica”, onde ela passa a permear toda as ações feitas junto às comunidades pescadoras, contribuindo para a promoção do desenvolvimento local e regional através do incentivo ao acesso a participação da comunidade em todas as esferas da sociedade.

No entanto, é importante refletir sobre qual o desenvolvimento sustentável que está sendo promovido pela comunicação através do trabalho de extensão pesqueira. Petry (2004, p.213) ressalta que um dos maiores desafios “ao interligarmos comunicação e extensão é criarmos formas de comunicação que enquadram o compromisso de valorizar o conhecimento rural, as necessidades de desenvolvimento local e regional e manter a sustentabilidade”.

Quando afirmamos a ação da extensão pesqueira tem conseguido a melhoria do trabalho e da vida das famílias pescadoras é que muito se deve ao conhecimento das necessidades apontadas pelos pescadores através do contato com os extensionistas para a busca da melhoria da qualidade de vida, estamos, conseqüentemente nos apropriando da idéia de que a comunicação ao ser utilizada como uma ferramenta que perpassa toda a metodologia de trabalho tem conseguido bons resultados ao contribuir para a valorização da família pescadora e da conquista do espaço destes enquanto cidadãos responsáveis e atuantes em suas comunidades. Acreditamos, desta forma, que a comunicação tem contribuído para o desenvolvimento da extensão pesqueira já que, segundo Kunsch (1996, p.116), o desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Kunsch (1996, p.117) afirma ainda que o uso da comunicação e de seus principais instrumentos são essenciais para se alcançar a sustentabilidade:

[...] somente com a comunicação será possível conscientizar a população, segmentos representativos da sociedade civil e os governos de que o atendimento às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atender-las no futuro é uma tarefa de toda a sociedade mundial, não só de uma pessoa, organização e de um só país (KUNSCH, 1996, p.117).

Medina (1999, p.17) acrescenta ainda que:

[...] a informação, aquisição de conhecimento e a integração de esforços são condições “sine qua non” para avançar na construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras e, onde a educação passa a adquirir novos significados que contribuem para a efetivação deste processo. “Essa é uma exigência indispensável para a compreensão do binômio “local-global” e para a preservação e conservação dos recursos naturais e socioculturais, patrimônios da humanidade.

Desta forma, acreditamos que este novo modo de ver a comunicação utilizada atualmente pela extensão rural no Rio Grande do Sul, não de forma isolada e visando o convencimento e adoção de idéias e tecnologias, mas como alavancadora da participação social e da estruturação de ações a partir da realidade local das comunidades pesqueiras, é que se caminha para a inclusão social das comunidades mais carentes e, conseqüentemente, para a promoção do desenvolvimento sustentável.

#### 4 Conclusões

O Brasil é país onde a sociedade é heterogênea e o resultado é um sistema social no qual convivem diferentes concepções de sociedade, de políticas, de economia e, naturalmente, de cidadania. Atualmente a melhor forma de garantia a cidadania e uma melhoria da qualidade de vida é a participação da população, condição *sine qua non* para que se alcance também um desenvolvimento sustentável.



Como buscar este desenvolvimento sustentável? Esta foi a pergunta que moveu a estruturação da metodologia de trabalho do DRP, pelos serviços de extensão rural no Rio Grande do Sul, onde a comunicação está presente contribuindo principalmente para despertar as comunidades pesqueiras do Litoral Norte para a ação coletiva, com respeito às diferenças individuais, visando uma melhor distribuição de renda e possibilidade igualitária de acesso aos direitos sociais e políticos.

A comunicação vista inicialmente como uma ferramenta da extensão rural para levar conhecimento e educação para os agricultores passou a assumir, no século 21, novos nuances como parte de um processo de inserção na realidade concreta das comunidades pesqueiras com a intenção de compreender muito mais a estruturação social, política, econômica e ambiental para então propor ações conjuntas e estratégicas para a melhoria da qualidade de vida.

Dentre os principais avanços o DRP contribuiu para formação de novas estruturas de organização comunitárias dos pescadores, avanços na aplicação de políticas públicas que melhoraram a condição de vida e ampliação da cidadania desta categoria social.

A comunicação como integrante deste processo participativo conseguiu uma qualificação maior dos serviços prestados pela Emater/RS-Ascar junto aos pescadores na medida que as ações são estruturadas de acordo com as necessidades das comunidades. Além disso, a adoção desta metodologia também proporciona o condicionamento de políticas públicas sociais e econômicas que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Portanto, somente partindo do conhecimento e da compreensão da realidade de todos os cidadãos e levando em conta a complexidade das relações conseguimos instituir um trabalho participativo e democrático. Arbex Júnior (2003, p. 394) bem dizia: a democratização dos meios de comunicação só será plenamente possível no quadro de democratização geral da sociedade, porém, é preciso primeiramente capacitar os indivíduos a uma postura crítica.

A nova metodologia de trabalho da extensão rural, através do DRP, tem proporcionado aos pescadores uma nova postura crítica enquanto cidadãos sabedores de seus direitos e a sua valorização enquanto agentes atuantes de modificação social para a busca de uma sociedade mais democrática e mais justa.

### Referências Bibliográficas

ARBEX JR, José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis de (org). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 385-400

CIMADEVILLA, Gustavo, SEVERINA, Emilio V. “Privatización o estatismo – Coyuntura actual y crisis en la extensión rural. In: **Comunicação Rural – discurso e prática**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa (UFV), 1993.



COTRIM, D.S. **Metodologia de diagnóstico participativo para apoio ao trabalho de Extensão Pesqueira junto as famílias de pescadores profissionais no Litoral Norte do RS.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 1., Porto Alegre. conquistando a soberania alimentar.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA, 4., 2003, Porto Alegre; SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE AGROECOLOGIA, 5., 2003. **Anais...**Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR , 2003. 1 cd rom.

COTRIM, D.S. et all **Unidade de comercialização de pescado “in natura”, construção de uma alternativa para os pescadores na lógica da economia solidária.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3., Florianópolis. A sociedade construindo conhecimento para a vida., 2005, Florianópolis , Sociedade de Agroecologia, 2005. 1 cd rom.

COTRIM, D.S. et all **Construção da proposta de portarias de pesca na bacia hidrográfica do Rio Tramandaí, através de metodologias participativas.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2., Porto Alegre. 2004, EMATER/RS-ASCAR, 2004. 1 cd rom.

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Indicadores de abrangência.** Porto Alegre, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p

FRIEDRICH, Odilo A. **Comunicação Rural: proposição crítica de uma nova concepção.** Brasília: EMBRATER, 1988. 64p

GARCEZ, D.S. **Diagnóstico das comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: RS Rural, 2001. 35 p.

IBAMA. **Estatísticas da Pesca Brasil 2003.** Brasilia/DF, IBAMA MMA, 2003.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. A comunicação para o desenvolvimento sustentável na sociedade globalizada. In: DENKER, Ada de Freitas Maneti et. Al, orgs. **Comunicação e Meio Ambiente.** São Bernardo do Campo: Intercom, 1996.

LEFF, Edgar. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: **\_\_Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001. p.236-252

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura.** São Paulo: Editora Loyola, 2002.



MATTELART, A. **A revolução das esperanças decrescentes. In: \_\_\_\_\_, *Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 1994.**

MEDINA, Nana Mininni. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.17

MUSSOI, Eros Marion. ***Extensão Rural: uma contribuição ao seu repensar***. Brasília: EMBRATER, 1985. 24p

PETRY, Carina; HEGEDUS, Pedro de; VELA, Hugo; MACHADO, João A. D. A comunicação na extensão rural: novos desafios para o desenvolvimento rural. In: ***Comunicación, tecnología y desarrollo***. Córdoba: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2004, p. 213-221

SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA. Notícias: **Projeto irá desenvolver a pesca artesanal com desenvolvimento sustentável**. Brasília/DF, 2004.